



Documento SCPREV 00000156/2025

Dados do Cadastro

Entrada: 12/09/2025 às 16:16

Setor origem: SCPREV/COSEG - Coordenadoria de Seguridade

Setor de competência: SCPREV/CPL - Comissão Permanente de Licitação

Interessado: FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA (SCPREV)

Classe: Processo sobre Contratação de Serviços

Assunto: Aquisições e Contratações

Detalhamento: Contratação de Treinamento: "Conectando e Influenciando para Retenção Inteligente".

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

Setor Requisitante: Seguridade	
Responsável pela Demanda: Marina Larissa Vitor	Matrícula: 136
E-mail: marina@scprev.com.br	Telefone: (48) 3664-5615

1. Objeto/ Descrição da solução

Contratação de treinamento “Conectando e Influenciando para Retenção Inteligente”.

2. Quantidades Estimadas

Item	Descrição Resumida	Quantidade
1	Treinamento “Conectando e Influenciando para Retenção Inteligente”	01

3. Justificativa da necessidade da aquisição, considerando o Planejamento Estratégico (se for o caso)

A contratação do treinamento “Conectando e Influenciando para Retenção Inteligente”, promovido pela Mental Fórmula, tem como objetivo aprimorar as competências comunicacionais dos colaboradores que atuam no relacionamento com os participantes da SCPREV. A capacitação busca desenvolver uma comunicação influente, empática e assertiva, permitindo sensibilizar os participantes sobre a importância da manutenção do benefício previdenciário e apresentar alternativas adequadas de vínculo com a SCPREV.

O treinamento será direcionado ao desenvolvimento de habilidades estratégicas de abordagem, promovendo clareza na transmissão das informações e facilitando a compreensão efetiva por parte dos participantes. Serão utilizadas técnicas adaptadas a diferentes perfis, com foco na construção de confiança, escuta ativa e linguagem acessível.

Além disso, serão abordados cuidados essenciais para intervenções em situações delicadas, reforçando a atuação ética e responsável dos colaboradores. Por fim, a capacitação incluirá práticas de comunicação assertiva para resolução de conflitos, negociação e manejo de objeções, contribuindo para um atendimento mais resolutivo, humanizado e alinhado aos objetivos institucionais da SCPREV.

Com isso, espera-se elevar a qualidade das interações, fortalecer o vínculo dos participantes com a entidade e apoiar a sustentabilidade do regime de previdência complementar administrado pela SCPREV.

4. Previsão de data em que devem ser adquiridos os materiais e/ou serviços

Em até 10 dias a partir da assinatura deste documento.

5. O objeto a ser adquirido está previsto no Plano Anual de Compras?

() Sim (x) Não

6. Informações adicionais

O treinamento contará com diagnóstico inicial, por meio de entrevista com os responsáveis, para identificar as mensagens prioritárias a serem trabalhadas. A partir desse levantamento, será definida a estrutura dos materiais e elaborado o conteúdo com abordagem prática e vivencial, incluindo o plano de aula e um caderno de exercícios para apoio durante o encontro.

A capacitação terá carga horária total de 7 (sete) horas, de forma presencial, na sede da SCPREV, para até 12 (doze) participantes, sendo realizada no dia 25 de setembro, no turno da tarde e no dia 26 de setembro, no turno da manhã. O valor é de R\$ 6.500,00, já incluídos todos os materiais didáticos, bem como despesas de transporte e hospedagem.

7. Anexos

Proposta Comercial.

Responsável pela Demanda

Nome: Marina Larissa Vitor
Matrícula: 136
Função: Coordenadora de Seguridade
[Assinatura Digital]

Chefia Imediata

Nome: Célio Peres
Matrícula: 1037
Função: Diretor-Presidente
[Assinatura Digital]



Assinaturas do documento



Código para verificação: **KH301S7V**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MARINA LARISSA VITOR (CPF: 067.XXX.559-XX) em 12/09/2025 às 16:18:38

Emitido por: "SGP-e", emitido em 25/06/2025 - 17:49:07 e válido até 25/06/2125 - 17:49:07.

(Assinatura do sistema)



CELIO PERES (CPF: 654.XXX.759-XX) em 12/09/2025 às 19:16:41

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 13:31:05 e válido até 13/07/2118 - 13:31:05.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0NQKvWXzE0NTkzXzAwMDAwMTU2XzI5NV8yMDI1X0tIMzAxUzdW> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SCPREV 00000156/2025** e o código **KH301S7V** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



Documento SCPREV 00000156/2025 Vol.: 0

Origem

Órgão: SCPREV - Fundação de Previdência Complementar do Estado de Santa Catarina
Setor: SCPREV/COSEG - Coordenadoria de Seguridade
Responsável: Marina Larissa Vitor
Data encam.: 15/09/2025 às 15:34

Destino

Órgão: SCPREV - Fundação de Previdência Complementar do Estado de Santa Catarina
Setor: SCPREV/DIAF - Diretoria Administrativa e Financeira

Encaminhamento

Motivo: Para providências
Encaminhamento: Prezada Mayra,

Solicito a verificação de disponibilidade orçamentária e financeira para o curso Conectando e Influenciando para Retenção Inteligente.

Atenciosamente;

Marina Larissa Vitor
Coordenadora de Seguridade



Documento SCPREV 00000156/2025 Vol.: 0

Origem

Órgão: SCPREV - Fundação de Previdência Complementar do Estado de Santa Catarina
Setor: SCPREV/DIAF - Diretoria Administrativa e Financeira
Responsável: Mayra Raulino da Costa
Data encam.: 15/09/2025 às 16:41

Destino

Órgão: SCPREV - Fundação de Previdência Complementar do Estado de Santa Catarina
Setor: SCPREV/CPL - Comissão Permanente de Licitação

Encaminhamento

Motivo: Para manifestação
Encaminhamento: Prezada Marina,

Informo que há disponibilidade orçamentária e financeira na conta
"4.02.01.02.03.01 - Palestra/Cursos e Seminários"

Att,

Mayra Raulino da Costa
Assessora Administrativa

PARECER JURÍDICO

Trata-se de parecer jurídico solicitado pela Fundação de Previdência Complementar do Estado de Santa Catarina (“SCPREV”), referente às possibilidade de contratação direta, em atenção às hipóteses de dispensa previstas no artigo 75, da Lei nº 14.133/21.

Embora a SCPREV tenha personalidade jurídica de direito privado, a Lei Complementar nº 661 de 2015, em seu artigo 13, inciso I, prevê a sua submissão aos ditames da Administração Pública, como a subordinação à legislação federal sobre licitações e contratos administrativos, revelando, assim, sua natureza pública.

O objeto do presente parecer é fornecer respaldo jurídico para as contratações diretas realizadas pela Entidade, assegurando a observância dos princípios da legalidade, eficiência e economicidade previstos na Lei nº 14.133/21, e possibilitando a condução mais ágil dos procedimentos de formalização.

A licitação pública é um procedimento administrativo disciplinado por lei e por um ato administrativo prévio, que determina critérios objetivos de seleção. O procedimento de licitação é regido pela Lei nº 14.133/21 que prevê normas gerais de licitação e contratação.

A obrigatoriedade do procedimento advém do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, que consagra o princípio do dever de licitar, fazendo uma ressalva aos casos especificados na legislação:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:
[...]

XXI - **ressalvados os casos especificados na legislação**, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Nesse sentido, a regra é a realização do processo de licitação pública, mas há exceções expressamente previstas na Lei nº 14.133/21, que estabelecem situações em que a administração pode contratar sem a necessidade do procedimento licitatório.

Trata-se do processo de contratação direta, que abrange os casos de inexigibilidade e dispensa de licitação. Isso ocorre porque o processo licitatório pode se tornar inconveniente ao interesse público ou inviável de realização.

Desse modo, insta esclarecer brevemente que a inexigibilidade deriva da inviabilidade de competição. Logo, verifica-se que a competição é impossível nos casos em que **(i)**: ausentes pluralidade de alternativas; **(ii)**: ausência de mercado concorrencial, ou seja, a singularidade do fornecedor; **(iii)**: impossibilidade de julgamento objetivo; e, **(iv)**: ausência de definição objetiva da prestação.

A inexigibilidade de licitação está regulamentada no artigo 74 da Lei nº 14.133/21, que apresenta um rol não exaustivo dos casos em que considera a competição inviável:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;

II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória

especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

- a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos ou projetos executivos;
- b) pareceres, perícias e avaliações em geral;
- c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;
- d) fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;
- e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;
- f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;
- g) restauração de obras de arte e de bens de valor histórico;
- h) controles de qualidade e tecnológico, análises, testes e ensaios de campo e laboratoriais, instrumentação e monitoramento de parâmetros específicos de obras e do meio ambiente e demais serviços de engenharia que se enquadrem no disposto neste inciso;

IV - objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento;

V - aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

Quanto à dispensa, verifica-se nas situações em que, embora seja plenamente possível a realização do procedimento licitatório com competição e igualdade de condições, a lei estabelece que sua concretização é desnecessária.

Nesse sentido, Marçal Justen Filho¹ aponta as diferenças entre inexigibilidade e dispensa de licitação:

As diferenças entre inexigibilidade e dispensa de licitação são evidentes. Não se trata de questão irrelevante ou meramente retórica, mas de alternativas distintas em sua própria natureza, com regime jurídico diverso.

A inexigibilidade é um conceito logicamente anterior ao da dispensa. Naquela, a licitação não é instaurada por inviabilidade de competição. Vale dizer, instaurar a licitação em caso de dispensa significaria deixar de obter uma proposta ou obter proposta inadequada. Na dispensa, a competição é viável e, teoricamente, a licitação poderia ser promovida. Não o é porque, diante das circunstâncias, a Lei reputa que a licitação poderia conduzir à seleção de solução que não seria a melhor, tendo em vista circunstâncias peculiares.

Em suma, a inexigibilidade é uma imposição da realidade extranormativa, enquanto a dispensa é uma criação legislativa. Como decorrência direta, o elenco de causas de inexigibilidade contido na Lei tem cunho meramente

¹ MARÇAL, J. F. Comentários à Lei de Licitações de Contratações Administrativas. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021. p. RL-1.21. Disponível em: https://proview.thomsonreuters.com/title.html?redirect=true&titleKey=rt%2Fcodigos%2F262297378%2Fv1.9&titleStage=F&titleAcct=e29d78840cc6444184cc193543e419ea#sl=p&eid=31819e33efe63c1363e12c3ece25aa1f&eat=3_index&pg=RL-1.34&psl=&nvgS=true&tmp=765.

exemplificativo. Já os casos de dispensa são exaustivos, o que não significa afirmar que todos se encontram na Lei 14.133/2021. Outras leis existem, prevendo casos de dispensa de licitação.

Como decorrência, a conclusão acerca da caracterização da inexigibilidade faz-se em momento logicamente anterior ao do reconhecimento da dispensa. Inicialmente, avalia-se se a competição é ou não viável. Se não o for, caracteriza-se a inexigibilidade. Se houver viabilidade de competição, passa-se à verificação da existência de alguma hipótese de dispensa.

Sendo assim, primeiramente verifica-se a viabilidade de licitação. Caso a competição seja inviável, caracteriza-se a inexigibilidade. Se, por outro lado, a competição for possível, passa-se à análise da existência de alguma hipótese de dispensa.

Especificamente quanto à dispensa, embora viável a competição entre particulares, a lei reconhece que a realização do certame pode se tornar incompatível com os valores que norteiam a atividade administrativa, especialmente sob a ótica do princípio da proporcionalidade e economicidade.

Da doutrina de Marçal Justen Filho² extrai-se o raciocínio sobre a ponderação entre o interesse público e os custos envolvidos em um processo licitatório:

Toda licitação envolve uma relação entre custos e benefícios. Há custos econômicos propriamente ditos, derivados do cumprimento dos atos materiais da licitação (publicação pela imprensa, realização de testes laboratoriais etc.) e da alocação de pessoal. Há custos de tempo, referentes à demora para desenvolvimento dos atos da licitação. Também podem existir outras espécies de custos, a serem examinadas caso a caso.

Em contrapartida, a licitação produz benefícios para a Administração. Esses benefícios consistem em que a Administração efetivará (em tese) contratação mais vantajosa do que realizaria se a licitação não tivesse existido. A dispensa de licitação decorre do reconhecimento por lei de que os custos inerentes a uma licitação superam os benefícios que dela poderiam advir. A lei dispensa a licitação para evitar o sacrifício dos interesses coletivos e supraindividuais. [...].

² *Idem.*

A licitação dispensável, prevista no art. 75 da Lei nº 14.133/21, abrange hipóteses em que o legislador autoriza a administração a optar pela dispensa, conferindo à Entidade uma decisão discricionária sobre licitar ou não.

As hipóteses de licitação dispensável estão arroladas de forma taxativa no artigo 75, da Lei nº 14.133/21, não podendo haver a criação de novas situações por atos administrativos específicos ou decretos.

Em geral, os motivos que levam a uma licitação dispensável podem ser divididos em fatores como: o pequeno valor (art. 75, I, II e §§1º ao 4º), a natureza do objeto (art. 75, IV, V e XII), em razão da pessoa (art. 75, IX, XI, XV, XVI, XVII e XVIII) ou situações excepcionais (art. 75, III, VI, VII, VIII, X, XIII, XIV).

Vejamos:

Art. 75. É dispensável a licitação:

I - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores;

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

III - para contratação que mantenha todas as condições definidas em edital de licitação realizada há menos de 1 (um) ano, quando se verificar que naquela licitação:

a) não surgiram licitantes interessados ou não foram apresentadas propostas válidas;

b) as propostas apresentadas consignaram preços manifestamente superiores aos praticados no mercado ou incompatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais competentes;

IV - para contratação que tenha por objeto:

a) bens, componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira necessários à manutenção de equipamentos, a serem adquiridos do fornecedor original desses equipamentos durante o período de garantia

técnica, quando essa condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia;

b) bens, serviços, alienações ou obras, nos termos de acordo internacional específico aprovado pelo Congresso Nacional, quando as condições ofertadas forem manifestamente vantajosas para a Administração;

c) produtos para pesquisa e desenvolvimento, limitada a contratação, no caso de obras e serviços de engenharia, ao valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais);

d) transferência de tecnologia ou licenciamento de direito de uso ou de exploração de criação protegida, nas contratações realizadas por instituição científica, tecnológica e de inovação (ICT) pública ou por agência de fomento, desde que demonstrada vantagem para a Administração;

e) hortifrutigranjeiros, pães e outros gêneros perecíveis, no período necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, hipótese em que a contratação será realizada diretamente com base no preço do dia;

f) bens ou serviços produzidos ou prestados no País que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional;

g) materiais de uso das Forças Armadas, com exceção de materiais de uso pessoal e administrativo, quando houver necessidade de manter a padronização requerida pela estrutura de apoio logístico dos meios navais, aéreos e terrestres, mediante autorização por ato do comandante da força militar;

h) bens e serviços para atendimento dos contingentes militares das forças singulares brasileiras empregadas em operações de paz no exterior, hipótese em que a contratação deverá ser justificada quanto ao preço e à escolha do fornecedor ou executante e ratificada pelo comandante da força militar;

i) abastecimento ou suprimento de efetivos militares em estada eventual de curta duração em portos, aeroportos ou localidades diferentes de suas sedes, por motivo de movimentação operacional ou de adestramento;

j) coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, realizados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente de pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública;

k) aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que inerente às finalidades do órgão ou com elas compatível;

l) serviços especializados ou aquisição ou locação de equipamentos destinados ao rastreamento e à obtenção de provas previstas nos incisos II e V do caput do art. 3º da Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, quando

houver necessidade justificada de manutenção de sigilo sobre a investigação;

m) aquisição de medicamentos destinados exclusivamente ao tratamento de doenças raras definidas pelo Ministério da Saúde;

V - para contratação com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 3º, 3º-A, 4º, 5º e 20 da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, observados os princípios gerais de contratação constantes da referida Lei;

VI - para contratação que possa acarretar comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos pelo Ministro de Estado da Defesa, mediante demanda dos comandos das Forças Armadas ou dos demais ministérios;

VII - nos casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem;

VIII - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com base no disposto neste inciso;

IX - para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integrem a Administração Pública e que tenham sido criados para esse fim específico, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado;

X - quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento;

XI - para celebração de contrato de programa com ente federativo ou com entidade de sua Administração Pública indireta que envolva prestação de serviços públicos de forma associada nos termos autorizados em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação;

XII - para contratação em que houver transferência de tecnologia de produtos estratégicos para o Sistema Único de Saúde (SUS), conforme elencados em ato da direção nacional do SUS, inclusive por ocasião da aquisição desses produtos durante as etapas de absorção tecnológica, e em valores compatíveis com aqueles definidos no instrumento firmado para a transferência de tecnologia;

XIII - para contratação de profissionais para compor a comissão de avaliação de critérios de técnica, quando se tratar de profissional técnico de notória especialização;

XIV - para contratação de associação de pessoas com deficiência, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, por órgão ou entidade da Administração Pública, para a prestação de serviços, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado e os serviços contratados sejam prestados exclusivamente por pessoas com deficiência;

XV - para contratação de instituição brasileira que tenha por finalidade estatutária apoiar, captar e executar atividades de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive para gerir administrativa e financeiramente essas atividades, ou para contratação de instituição dedicada à recuperação social da pessoa presa, desde que o contratado tenha inquestionável reputação ética e profissional e não tenha fins lucrativos;

XVI - para aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de insumos estratégicos para a saúde produzidos por fundação que, regimental ou estatutariamente, tenha por finalidade apoiar órgão da Administração Pública direta, sua autarquia ou fundação em projetos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e de estímulo à inovação, inclusive na gestão administrativa e financeira necessária à execução desses projetos, ou em parcerias que envolvam transferência de tecnologia de produtos estratégicos para o SUS, nos termos do inciso XII deste caput, e que tenha sido criada para esse fim específico em data anterior à entrada em vigor desta Lei, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado;

XVII - para contratação de entidades privadas sem fins lucrativos para a implementação de cisternas ou outras tecnologias sociais de acesso à água para consumo humano e produção de alimentos, a fim de beneficiar as famílias rurais de baixa renda atingidas pela seca ou pela falta regular de água; e

XVIII - para contratação de entidades privadas sem fins lucrativos, para a implementação do Programa Cozinha Solidária, que tem como finalidade fornecer alimentação gratuita preferencialmente à população em situação de vulnerabilidade e risco social, incluída a população em situação de rua, com vistas à promoção de políticas de segurança alimentar e nutricional e de assistência social e à efetivação de direitos sociais, dignidade humana, resgate social e melhoria da qualidade de vida.

§ 1º Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do caput deste artigo, deverão ser observados:

I - o somatório do que for despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora;

II - o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.

§ 2º Os valores referidos nos incisos I e II do caput deste artigo serão duplicados para compras, obras e serviços contratados por consórcio público

ou por autarquia ou fundação qualificadas como agências executivas na forma da lei.

§ 3º As contratações de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

§ 4º As contratações de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão preferencialmente pagas por meio de cartão de pagamento, cujo extrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

§ 5º A dispensa prevista na alínea "c" do inciso IV do caput deste artigo, quando aplicada a obras e serviços de engenharia, seguirá procedimentos especiais instituídos em regulamentação específica.

§ 6º Para os fins do inciso VIII do caput deste artigo, considera-se emergencial a contratação por dispensa com objetivo de manter a continuidade do serviço público, e deverão ser observados os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 desta Lei e adotadas as providências necessárias para a conclusão do processo licitatório, sem prejuízo de apuração de responsabilidade dos agentes públicos que deram causa à situação emergencial.

§ 7º Não se aplica o disposto no § 1º deste artigo às contratações de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais) de serviços de manutenção de veículos automotores de propriedade do órgão ou entidade contratante, incluído o fornecimento de peças.

Faz-se necessário o destaque de que, os valores previstos no art. 75, incisos I, II, IV, alínea "c" e § 7º, do dispositivo legal acima, são atualizados anualmente, conforme autorizado pelo art. 182, da mesma lei.

Atualmente, a atualização é regulamentada pelo Decreto nº 12.343, de 30 de dezembro de 2024 e divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), garantindo adequação às condições econômicas vigentes.

Assim, em 2025, o valor limite para a dispensa de licitação em caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores é de R\$ 125.451,15 (cento e vinte e cinco mil quatrocentos e cinquenta e

um reais e quinze centavos); em caso de serviços ou compras é de R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos);

De todo modo, em todos os casos elencados no artigo 75, revela-se necessário adotar os procedimentos para resguardar a oportunidade e conveniência.

Nessa toada, Marçal Justen Filho³ ensina que a escolha deve ser fundamentada na proporcionalidade e deve ser observada a isonomia:

Todas as hipóteses de dispensa de licitação apresentam em comum a característica de previsão legislativa. Não se admite a criação de um caso de dispensa sem lei assim dispondo. É evidente que isso não implica reconhecer a possibilidade de uma lei instituir arbitrariamente os casos de dispensa. A lei é indispensável, mas a validade da previsão legislativa depende da presença de elementos fáticos e jurídicos que legitimem a decisão de dispensar a licitação. **Nesse ponto, é essencial destacar a relevância do princípio da proporcionalidade. A hipótese de dispensa da licitação somente será válida quando existir um juízo de proporcionalidade que dê suporte à disciplina legal adotada.**

[...]

A dispensa de licitação é justificada, muitas vezes, por meio da invocação genérica ao “interesse público”. Essa solução é juridicamente insuficiente, especialmente em vista do art. 20 da LINDB – que veda à Administração adotar decisões fundadas exclusivamente em valores abstratos.

É indispensável demonstrar o interesse público concreto e produzir a identificação dos interesses públicos e privados envolvidos na situação existente.

O juízo de proporcionalidade exige a avaliação das circunstâncias da realidade e da relação entre a decisão adotada (mesmo pela lei) e os valores a serem realizados.

Deve ter-se em vista que a contratação direta **não afasta a obrigatoriedade da observância do tratamento igualitário a todos os administrados**. Não se justifica que, estando subordinada a realizar interesses indisponíveis e a obedecer ao princípio da isonomia, a Administração efetive contratação abusiva ou beneficie indevidamente um determinado sujeito. (grifo nosso)

Nota-se, ainda, que o processo de contratação direta deve ser instruído pelos atos previstos no artigo 72 da Lei n. 14.1333/21, quais sejam:

³ *Idem.*

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

Percebe-se que a contratação direta pressupõe um procedimento prévio de justificativa, destinado a fundamentar a melhor escolha para a Entidade, observando-se, igualmente, o princípio da isonomia que rege o processo licitatório.

Nessa linha, colaciona-se os enunciados da jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União:

Os processos de dispensa de licitação devem conter a razão da escolha do fornecedor ou executante e a justificativa do preço contratado. (Acórdão 2545/2008-TCU-Primeira Câmara)

É obrigatória a verificação da documentação de regularidade jurídica e fiscal das empresas, inclusive nos casos de contratações por dispensa de licitação. (Acórdão 1405/2011-TCU-Plenário)

A regularidade junto ao INSS e ao FGTS é condição necessária a ser observada, inclusive nos casos de contratação direta, devendo ser realizada verificação prévia à cada autorização de pagamento, mesmo nos casos de contratação por dispensa ou inexigibilidade de licitação. (Acórdão 1782/2010-TCU-Plenário)

No caso de dispensa de licitação, a legislação não impõe regras objetivas quanto à quantidade de empresas chamadas a apresentarem propostas e à forma de seleção do contratado, mas determina que essa escolha seja justificada (art. 26, parágrafo único, da Lei 8.666/1993). (Acórdão 2186/2019-TCU-Plenário)

Em procedimento de dispensa de licitação, devem constar, no respectivo processo administrativo, elementos suficientes para comprovar a compatibilidade dos preços a contratar com os vigentes no mercado ou com

os fixados por órgão oficial competente, ou, ainda, com os que constam em sistemas de registro de preços. (Acórdão 1607/2014-TCU-Plenário)

É dever do gestor, mesmo nas contratações diretas por inexigibilidade de licitação, elaborar orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os custos unitários do objeto a ser contratado, pois se trata de documento indispensável à avaliação dos preços propostos (art. 7º, § 2º, inciso II, e § 9º, c/c o art. 26, inciso III, da Lei 8.666/1993). (Acórdão 3.289/2014-TCU-Plenário)

É certo que a situação motivadora da contratação direta deve ser devidamente evidenciada, a escolha do contratado deve ser justificada e os preços praticados devem ser os de mercado, sempre de acordo com o disposto nos incisos I, II e III do parágrafo único do art. 26 da Lei 8.666/1993. (Acórdão 1157/2013-TCU-Plenário)

Ademais, a licitação não poderá ser fracionada em várias dispensas, o que representaria fraude à lei de licitação. O valor analisado deverá ser a totalidade do despendido para serviços da mesma natureza.

Quanto ao valor, reforça-se que a contratação direta não dispensa a justificativa do preço (art. 72, VII, da Lei nº 14.133/21). Assim, deve a Administração verificar se o preço a ser contratado encontra-se em consonância com o valor de mercado, por exemplo, com os demais valores pagos pela Administração Pública em contratações similares, de forma que não exista superfaturamento.

No mais, considerando a simplicidade técnica, a ausência de riscos futuros para a SCPREV e o baixo valor envolvido, o legislador considerou possível flexibilizar a exigência de uso do contrato formal, permitindo que a relação contratual seja oficializada por outro instrumento mais simples e adequado.

Nesse sentido, as hipóteses descritas no art. 95 da Lei nº 14.133/2021 mitigam o caráter formal, desburocratizando as transações, em casos específicos, uma vez que o valor da contratação é reduzido, sendo justificada a adoção de forma mais simples, senão vejamos:

Art. 95. O instrumento de contrato é obrigatório, **salvo nas seguintes hipóteses, em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil**, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço:

I - dispensa de licitação em razão de valor;

II - compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor.

§ 1º Às hipóteses de substituição do instrumento de contrato, aplica-se, no que couber, o disposto no art. 92 desta Lei.

§ 2º É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de **pequenas compras ou o de prestação de serviços de pronto pagamento, assim entendidos aqueles de valor não superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais)**.

Assim, em razão do valor da contratação e com base no artigo mencionado, é possível dispensar o contrato por outro instrumento adequado para formalização, como autorização de compra, nota fiscal eletrônica ou *invoice*, desde que contemple, no que couber, o disposto no artigo 92, da Lei 14.133/2021.

Portanto, salvo melhor juízo, diante de todo o exposto, é possível dispensar a licitação em casos de compras de baixo valor, desde que observados os parâmetros acima mencionados.

Florianópolis/SC, 24 de janeiro de 2025.

DIOGO MACHADO ULISSES FIGUEIREDO

OAB/SC 30.037



Assinaturas do documento



Código para verificação: **US22H14W**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



DIOGO MACHADO ULISSES FIGUEIREDO (CPF: 364.XXX.018-XX) em 27/01/2025 às 11:42:12

Emitido por: "AC SAFEWEB RFB v5", emitido em 12/07/2024 - 19:31:30 e válido até 12/07/2025 - 19:31:30.

(Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0NQKvVWXzE0NTkzXzAwMDAwMTU2XzI5NV8yMDI1X1VTMjJlMTRX> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SCPREV 00000156/2025** e o código **US22H14W** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO (ETP)

INTRODUÇÃO

Este Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo avaliar a viabilidade da contratação do treinamento “Conectando e Influenciando para Retenção Inteligente”.

DEFINIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO (ART. 18, § 1º INCISO I)

A contratação justifica-se pela necessidade de aprimorar as competências comunicacionais dos colaboradores da SCPREV que atuam diretamente no relacionamento com os participantes. A capacitação visa desenvolver uma comunicação influente, empática e assertiva, capaz de sensibilizar os participantes quanto à importância da manutenção do benefício previdenciário e de apresentar, de forma clara e estratégica, as alternativas de vínculo com a SCPREV.

Identificação das necessidades tecnológicas

Não há necessidades tecnológicas.

PREVISÃO DE CONTRATAÇÃO NO PLANO ANUAL (ART. 18, § 1º INCISO II)

Atualmente, a Entidade não possui plano anual de contratações, mas a contratação está prevista no orçamento anual.

ESTIMATIVA DA QUANTIDADE (ART. 18, § 1º INCISO IV)

Com base na demanda da SCPREV, estima-se a seguinte necessidade:

Item	Quantidade Total
Treinamento “Conectando e Influenciando para Retenção Inteligente”	1 Treinamento com 12 participantes

LEVANTAMENTO DE MERCADO (ART. 18, § 1º INCISO V)

Foi verificado que o treinamento “Conectando e Influenciando para Retenção Inteligente” é oferecido exclusivamente pela Mental Fórmula. Não foram encontradas outras instituições que ofereçam curso com o mesmo conteúdo e metodologia.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ART. 18, § 1º INCISO III)

A contratação deverá atender aos seguintes requisitos:

- 1) Execução do treinamento “Conectando e Influenciando para Retenção Inteligente”, com carga horária total de 7 horas, realizado de forma presencial na sede da SCPREV;
- 2) Participação de até 12 colaboradores indicados pela SCPREV;
- 3) Realização do treinamento em 25 de setembro (tarde) e 26 de setembro (manhã), ou em datas previamente acordadas com a SCPREV.

- 4) Estruturação do treinamento em três módulos, conforme proposta;
- 5) Desenvolvimento do conteúdo e materiais didáticos personalizados, de acordo com as necessidades levantadas junto à SCPREV;
- 6) Elaboração de plano de aula e caderno de exercícios para apoio aos participantes;
- 7) Inclusão de técnicas de comunicação conectiva, linguagem não verbal, venda consultiva, autoconfiança e manejo de situações delicadas;
- 8) Abordagem prática e vivencial, com exercícios, reflexões e planos de ação;
- 9) Técnicas adaptadas a diferentes perfis de público, com foco na escuta ativa, construção de confiança e linguagem acessível.
- 10) Comunicação ética, responsável e orientada à resolução de conflitos;
- 11) Condução do treinamento por profissionais certificados em Programação Neurolinguística (PNL) e com comprovada experiência em desenvolvimento humano e treinamentos corporativos, conforme currículo apresentado na proposta; e
- 12) Inclusões na Contratação: Todo material didático, transporte e hospedagem da equipe de treinamento.

ESTIMATIVA DE VALOR (ART. 18, § 1º INCISO VI)

O valor total estimado é de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), com base a proposta recebida da fornecedora.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (ART. 18, § 1º INCISO VII)

Aquisição de 1 (um) treinamento “Conectando e Influenciando para Retenção Inteligente” oferecido pela Mental Fórmula, previsto para o dia 25 de setembro, no turno da tarde e no dia 26 de setembro, no turno da manhã.

JUSTIFICATIVA DE PARCELAMENTO (OU NÃO) DA CONTRATAÇÃO (ART. 18, § 1º INCISO VIII)

A contratação não poderá ser parcelada em lotes, uma vez que se trata de treinamento com programação única e indivisível.

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO PRETENDIDO (ART. 18, § 1º INCISO IX)

Aprimoramento das competências comunicacionais dos colaboradores da SCPREV que atuam diretamente no relacionamento com os participantes.

PROVIDÊNCIAS (ART. 18, § 1º INCISO X)

A contratação será realizada por inexigibilidade, conforme art. 74, da Lei nº 14.133/21, por se tratar de um treinamento específico.

CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INDEPENDENTES (ART. 18, § 1º INCISO XI)

Não há nenhuma contratação adicional necessária.

DESCRIÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS (ART. 18, § 1º INCISO XII)

A SCPREV não dispõe de elementos técnicos para mensurar os impactos ambientais decorrentes deste objeto. Recomenda-se, entretanto, que a empresa contratada execute suas atividades de forma ambientalmente responsável, em conformidade com a legislação ambiental aplicável ao seu ramo de atuação, adotando medidas que minimizem a geração de resíduos, o consumo de recursos naturais e demais impactos ambientais potenciais.

VIABILIDADE

Com base nas informações levantadas ao longo do ETP, entende-se que a contratação do treinamento é viável.

CONCLUSÃO (ART. 18, § 1º INCISO XIII)

Diante da necessidade identificada, conclui-se que a contratação é justificável.

Florianópolis/SC, data da assinatura digital.

Maiele Palombo Borin
Agente de Contratação
[Assinado Digitalmente]



Assinaturas do documento



Código para verificação: **RE74AJ81**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MAIELE PALOMBO BORIN (CPF: 868.XXX.840-XX) em 18/09/2025 às 16:24:12

Emitido por: "SGP-e", emitido em 24/06/2024 - 17:25:46 e válido até 24/06/2124 - 17:25:46.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0NQKvVWXzE0NTkzXzAwMDAwMTU2XzI5NV8yMDI1X1JFNzRBSjgx> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SCPREV 00000156/2025** e o código **RE74AJ81** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.

TERMO DE REFERÊNCIA
Processo SGP-e SCPREV 00000156/2025

1. Condições Gerais da Contratação

Contratação de serviço técnico especializado em aperfeiçoamento pessoal, nos termos do art. 74, inc. III, alínea “f” da Lei nº 14.133/2021, a ser realizado por meio de treinamento “Conectando e Influenciando para Retenção Inteligente”, com carga horária total de 7 (sete) horas, de forma presencial, na sede da SCPREV, para até 12 (doze) participantes, sendo realizado no dia 25 de setembro, no turno da tarde, e no dia 26 de setembro, no turno da manhã. A capacitação em questão será realizada conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

2. Fundamentação e Descrição da Necessidade da Contratação

A contratação é fundamental para aprimorar as competências comunicacionais dos colaboradores da SCPREV que atuam diretamente no relacionamento com os participantes. A capacitação visa desenvolver uma comunicação influente, empática e assertiva, capaz de sensibilizar os participantes quanto à importância da manutenção do benefício previdenciário e de apresentar, de forma clara e estratégica, as alternativas de vínculo com a SCPREV.

3. Descrição da Solução

A solução consiste na contratação de treinamento “Conectando e Influenciando para Retenção Inteligente” para aprimoramento das competências comunicacionais dos colaboradores da SCPREV que atuam no relacionamento com os participantes.

4. Requisitos da Contratação

A contratação deverá atender aos seguintes requisitos:

- 1) Execução do treinamento “Conectando e Influenciando para Retenção Inteligente”, com carga horária total de 7 horas, realizado de forma presencial na sede da SCPREV;
- 2) Participação de até 12 colaboradores indicados pela SCPREV;
- 3) Realização do treinamento em 25 de setembro (tarde) e 26 de setembro (manhã), ou em datas previamente acordadas com a SCPREV.
- 4) Estruturação do treinamento em três módulos, conforme proposta;

- 5) Desenvolvimento do conteúdo e materiais didáticos personalizados, de acordo com as necessidades levantadas junto à SCPREV;
- 6) Elaboração de plano de aula e caderno de exercícios para apoio aos participantes;
- 7) Inclusão de técnicas de comunicação conectiva, linguagem não verbal, venda consultiva, autoconfiança e manejo de situações delicadas;
- 8) Abordagem prática e vivencial, com exercícios, reflexões e planos de ação;
- 9) Técnicas adaptadas a diferentes perfis de público, com foco na escuta ativa, construção de confiança e linguagem acessível.
- 10) Comunicação ética, responsável e orientada à resolução de conflitos;
- 11) Condução do treinamento por profissionais certificados em Programação Neurolinguística (PNL) e com comprovada experiência em desenvolvimento humano e treinamentos corporativos, conforme currículo apresentado na proposta; e
- 12) Inclusões na Contratação: Todo material didático, transporte e hospedagem da equipe de treinamento.

Sugere-se que a empresa contratada conduza suas atividades de forma ambientalmente responsável, observando a legislação ambiental pertinente ao seu ramo de atuação e adotando processos que minimizem a geração de resíduos e o consumo de recursos naturais.

Não haverá exigência de garantia da contratação prevista nos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, por se tratar de contratação com curto prazo de compra direta.

5. Modelo de Execução do Objeto

A contratação do treinamento deverá ocorrer no prazo máximo de 5 dias corridos, contados a partir da autorização formal pela Autoridade Competente.

6. Modelo de Gestão de Contrato

6.1 Das Obrigações da Contratada:

- 1) Realizar o treinamento conforme os requisitos definidos no Item 4 deste Termo de Referência, cumprindo carga horária, conteúdo programático, metodologia e cronograma acordados;
- 2) Disponibilizar todo material didático e suporte necessário para execução das

atividades;

- 3) Garantir equipe técnica qualificada para condução do treinamento.

6.2 Das Obrigações da Contratante:

- 1) Disponibilizar espaço físico e infraestrutura adequados para realização do treinamento;
- 2) Designar e assegurar a presença dos colaboradores indicados;
- 3) Fornecer informações necessárias para customização do conteúdo;
- 4) Efetuar o pagamento conforme as condições contratuais.

7. Infrações e Sanções Administrativas

A empresa contratada poderá ser sancionada caso cometa infrações como o não realização dos serviços contratados, entrega em desacordo com as especificações, atraso injustificado, apresentação de documentos falsos, fraude, conduta inidônea ou prática de atos lesivos à Administração, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021. As penalidades aplicáveis serão registradas nos sistemas oficiais, como SICAF, CEIS e CNEP, sendo possível a reabilitação nos termos do art. 163 da referida Lei.

8. Critérios de medição e de Pagamento

O pagamento será efetuado via boleto, pix ou depósito bancário com emissão de nota fiscal, com o prazo de até 30 dias após a autorização da Autoridade Competente. A contratada deve manter regularidade fiscal e cadastral durante toda a vigência contratual.

9. Forma e Critérios de Seleção de Fornecedor

A contratação será realizada por inexigibilidade, conforme art. 74, da Lei nº 14.133/21, por se tratar de um treinamento específico.

10. Estimativas do Valor da Contratação

O valor total estimado é de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), conforme orçamento.

11. Adequação Orçamentária

As despesas decorrentes da presente manutenção correrão à conta 4.02.01.02.03.01 - Palestra/Cursos e Seminários Pessoal Próprio, conforme informado no referido processo administrativo.

12. Disposições Finais

Este Termo de Referência estabelece as condições para contratação de plataforma de gerenciamento de mídias sociais, garantindo transparência e legalidade no processo, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

Florianópolis, data da assinatura eletrônica.

Maiele Palombo Borin
Agente de Contratação
[Assinado Digitalmente]



Assinaturas do documento



Código para verificação: **7IB15V0R**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MAIELE PALOMBO BORIN (CPF: 868.XXX.840-XX) em 18/09/2025 às 16:24:12

Emitido por: "SGP-e", emitido em 24/06/2024 - 17:25:46 e válido até 24/06/2124 - 17:25:46.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0NQKvVWXzE0NTkzXzAwMDAwMTU2XzI5NV8yMDI1XzdJQjE1VjBS> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SCPREV 00000156/2025** e o código **7IB15V0R** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 13/2025

PROCESSO Nº: SCPREV 00000156/2025

ASSUNTO: Contratação de treinamento “Conectando e Influenciando para Retenção Inteligente”.

I - DO OBJETO

Trata-se de procedimento que tem por objeto a contratação de um treinamento, promovido pela Mental Fórmula. A capacitação terá duração de 7 (sete) horas, prevista para os dias 25 e 26 de setembro.

O presente instrumento de justificativa visa atender o contido no art. 74 da Lei nº 14.133/2021, como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

II - DA JUSTIFICATIVA

A contratação direta se justifica pela especificidade do curso, realizado exclusivamente pela Mental Fórmula, sem concorrência entre fornecedores. Além disso, a contratação do treinamento enquadra-se no disposto no artigo 74, inciso III, alínea “f”, da Lei nº 14.133/2021, que prevê inexigibilidade para contratação de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

A participação no treinamento visa aprimorar as competências comunicacionais dos colaboradores da SCPREV que atuam diretamente no relacionamento com os participantes e desenvolver uma comunicação influente, empática e assertiva.

III – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

As compras e contratações das entidades públicas seguem obrigatoriamente regime regulamentado por Lei. O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o artigo. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

A licitação foi o meio encontrado pela Administração Pública para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas nos campos mercadológicos distritais, municipais, estaduais e nacionais, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações.

Para melhor entendimento, vejamos o que dispõe o inciso XXI do Artigo 37 da CF/1988:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Para regulamentar o exercício dessa atividade foi então criada a Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, também conhecida como a Nova Lei de Licitações.

O objetivo da licitação é contratar a proposta mais vantajosa, primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade. Entretanto, há aquisições e contratações que possuem características específicas, tornando impossíveis e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais, frustrando a realização adequada das funções da Entidade.

Na ocorrência de licitações impossíveis e/ou inviáveis, a lei previu exceções à regra, as Dispensas de Licitações e a Inexigibilidade de Licitação. Trata-se de certame realizado sob a obediência ao estabelecido no art. 74, inciso III, alínea “c”, da Lei nº 14.133/2021, onde se verifica ocasião em que é cabível a dispensa de licitação:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comerciais exclusivos;

II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos ou projetos executivos;

- b) pareceres, perícias e avaliações em geral;
- c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;
- d) fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;
- e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;
- f) **treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;**
- g) restauração de obras de arte e de bens de valor histórico;
- h) controles de qualidade e tecnológico, análises, testes e ensaios de campo e laboratoriais, instrumentação e monitoramento de parâmetros específicos de obras e do meio ambiente e demais serviços de engenharia que se enquadrem no disposto neste inciso;

IV - objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento;

V - aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

§ 1º Para fins do disposto no inciso I do caput deste artigo, a Administração deverá demonstrar a inviabilidade de competição mediante atestado de exclusividade, contrato de exclusividade, declaração do fabricante ou outro documento idôneo capaz de comprovar que o objeto é fornecido ou prestado por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos, vedada a preferência por marca específica.

§ 2º Para fins do disposto no inciso II do caput deste artigo, considera-se empresário exclusivo a pessoa física ou jurídica que possua contrato, declaração, carta ou outro documento que ateste a exclusividade permanente e contínua de representação, no País ou em Estado específico, do profissional do setor artístico, afastada a possibilidade de contratação direta por inexigibilidade por meio de empresário com representação restrita a evento ou local específico.

§ 3º Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Com a Lei nº 14.133/2021, a contratação direta é permitida para serviços de natureza singular, quando não houver concorrência efetiva no mercado.

A contratação do treinamento “Conectando e Influenciando para Retenção Inteligente” se enquadra nessa previsão legal, dada que a capacitação é promovida exclusivamente pela Mental Fórmula, sem entidades concorrentes.

IV – DA ESCOLHA

O evento é organizado unicamente pela Mental Fórmula, não havendo alternativas para contratação do treinamento de outro fornecedor. A escolha se justifica pela relevância da capacitação para os colaboradores que se comunicam com os participantes, pela estrutura do treinamento e pelos temas que serão trabalhados.

O valor do treinamento é de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais) para até 12 (doze) participantes. A contratação deverá ocorrer em até 5 dias após a assinatura deste documento.

V – DA HABILITAÇÃO JURÍDICA E DA REGULARIDADE FISCAL

Nos procedimentos administrativos para contratação, a Administração tem o dever de verificar os requisitos de habilitação estabelecidos no capítulo VI, artigos 62 a 70, da Lei nº 14.133/2021. A propósito, há recomendação do Tribunal de Contas da União nesse sentido:

Deve ser observada a exigência legal (art. 29, inciso IV, da Lei nº 8.666, de 1993) e constitucional (art. 195, § 3º, da CF) de que nas licitações públicas, mesmo em casos de dispensa ou inexigibilidade, é obrigatória a comprovação por parte da empresa contratada de:

Certidão Negativa de Débito (INSS - art. 47, inciso I, alínea a, da Lei nº 8.212, de 1991);

Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais (SRF-IN nº 80, de 1997); e

Certificado de Regularidade do FGTS (CEF) (art. 27 da Lei nº 8.036, de 1990). Acórdão 260/2002 Plenário.

A contratada demonstrou plenamente sua habilitação jurídica e regularidade fiscal, atendendo aos requisitos legais exigidos, o que assegura a legitimidade e segurança da contratação.

VI – CONCLUSÃO

Diante do exposto, e considerando a importância da capacitação dos colaboradores da SCPREV que se comunicam com os participantes, justifica-se a contratação do treinamento “Conectando e Influenciando para Retenção Inteligente” por meio de inexigibilidade de licitação, nos termos do artigo 74, inciso III, alínea “f”, da Lei nº 14.133/2021.

Florianópolis/SC, data da assinatura digital.

Maiele Palombo Borin
Agente de Contratação
[Assinado Digitalmente]



Assinaturas do documento



Código para verificação: **H25PJ8Q7**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MAIELE PALOMBO BORIN (CPF: 868.XXX.840-XX) em 18/09/2025 às 16:24:12

Emitido por: "SGP-e", emitido em 24/06/2024 - 17:25:46 e válido até 24/06/2124 - 17:25:46.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0NQKvVWXzE0NTkzXzAwMDAwMTU2XzI5NV8yMDI1X0gyNVBKOF3> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SCPREV 00000156/2025** e o código **H25PJ8Q7** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ: 31.266.197/0001-39

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº 25090719395-04

Data e hora da emissão 16/09/2025 15:05:18

Validade 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio www.pfe.fazenda.sp.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: PICCININ E BURATTO TREINAMENTO LTDA
CNPJ: 31.266.197/0001-39

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 07:05:51 do dia 15/05/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 11/11/2025.

Código de controle da certidão: **32E3.1206.169F.5747**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição:
Razão Social:
Endereço:

31.266.197/0001-39
PICCININ E BURATTO TREINAMENTO LTDA
R ALUISIO AZEVEDO 318 APT 41 / SANTANA / SAO PAULO / SP / 02021-030

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:28/08/2025 a 26/09/2025
Certificação Número: 2025082820495064405034

Informação obtida em 16/09/2025 15:06:01

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
FAZENDA

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

Certidão Número: 1085968 - 2025

CPF/CNPJ Raiz: 31.266.197/

Contribuinte: PICCININ E BURATTO TREINAMENTO LTDA

Liberação: 14/05/2025

Validade: 10/11/2025

Tributos Abrangidos:

Imposto Sobre Serviços - ISS

Taxa de Fiscalização de Localização Instalação e Funcionamento

Taxa de Fiscalização de Anúncio - TFA

Taxa de Fiscalização de Estabelecimento - TFE

Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS (incidência a partir de Jan/2011)

Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI

Unidades Tributárias:

CCM 6.047.148-4- Início atv :17/08/2018 (R ALUISIO AZEVEDO, 00318 - CEP: 02021-030)

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo que vierem a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período contido neste documento, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda e a inscrições em Dívida Ativa Municipal, junto à Procuradoria Geral do Município é certificado que a Situação Fiscal do Contribuinte supra, referente aos créditos tributários inscritos e não inscritos na Dívida Ativa abrangidos por esta certidão, até a presente data é: **REGULAR.**

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/>.
Qualquer rasura invalidará este documento.

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010; Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019 e Portaria SF nº 182, de 04 de agosto de 2021.

Certidão emitida às 15:04:35 horas do dia 16/09/2025 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: 2659816C

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda <http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: **PICCININ E BURATTO TREINAMENTO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**

CNPJ: 31.266.197/0001-39

Certidão nº: 54668982/2025

Expedição: 16/09/2025, às 15:06:21

Validade: 15/03/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **PICCININ E BURATTO TREINAMENTO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **31.266.197/0001-39**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Documento SCPREV 00000156/2025 Vol.: 0

Origem

Órgão: SCPREV - Fundação de Previdência Complementar do Estado de Santa Catarina
Setor: SCPREV/CPL - Comissão Permanente de Licitação
Responsável: Maiele Palombo Borin
Data encam.: 18/09/2025 às 16:26

Destino

Órgão: SCPREV - Fundação de Previdência Complementar do Estado de Santa Catarina
Setor: SCPREV/GABP - Gabinete da Presidência
Responsável: Celio Peres

Encaminhamento

Motivo: Para autorizar
Encaminhamento: Prezado Diretor-Presidente,

Encaminho o processo para apreciação e solicito autorização para dar prosseguimento à contratação.

Atenciosamente,
Maiele Palombo Borin
Agente de Contratação

ASSUNTO: Contratação de treinamento “Conectando e Influenciando para Retenção Inteligente”. Processo SCPREV 156/2025.

ORIGEM: Coordenadoria de Seguridade.

DESPACHO

Conforme justificado nos autos do Processo SCPREV 156/2025, o treinamento será direcionado ao desenvolvimento de habilidades estratégicas de abordagem, promovendo clareza na transmissão das informações e facilitando a compreensão efetiva por parte dos participantes.

Esta capacitação visa aprimorar as metodologias de adesão, engajamento e manutenção dos nossos participantes, e contribuirá diretamente para os objetivos estratégicos da SCPREV, especificamente o OE1 – "Reter e atrair novos participantes" – e o OE6 – "Garantir a qualidade da comunicação interna e externa".

Nesse sentido, manifesto minha autorização para dar prosseguimento à contratação de treinamento “Conectando e Influenciando para Retenção Inteligente”.

Florianópolis, data da assinatura digital.

Célio Peres
Diretor-Presidente



Assinaturas do documento



Código para verificação: **644C5CVT**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



CELIO PERES (CPF: 654.XXX.759-XX) em 18/09/2025 às 19:02:51

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 13:31:05 e válido até 13/07/2118 - 13:31:05.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0NQKvVWXzE0NTkzXzAwMDAwMTU2XzI5NV8yMDI1XzY0NEM1Q1ZU> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SCPREV 00000156/2025** e o código **644C5CVT** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



Documento SCPREV 00000156/2025 Vol.: 0

Origem

Órgão: SCPREV - Fundação de Previdência Complementar do Estado de Santa Catarina
Setor: SCPREV/CPL - Comissão Permanente de Licitação
Responsável: Maiele Palombo Borin
Data encam.: 18/09/2025 às 20:04

Destino

Órgão: SCPREV - Fundação de Previdência Complementar do Estado de Santa Catarina
Setor: SCPREV/DIAF - Diretoria Administrativa e Financeira

Encaminhamento

Motivo: Para providências
Encaminhamento: Prezados,

Encaminho o processo para providências de compra direta.

Atenciosamente,
Maiele Palombo Borin
Agente de Contratação